



**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 284

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS
DEPUTADAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO**

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação dessa augusta Casa Legislativa, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, do Departamento Estadual de Trânsito e do Conselho Estadual de Trânsito, o projeto de lei que “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN-SC) e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARIs) e estabelece outras providências”.

Florianópolis, 7 de dezembro de 2023.

JORGINHO MELLO
Governador do Estado



Assinaturas do documento



Código para verificação: **9RC4P58W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGINHO DOS SANTOS MELLO (CPF: 250.XXX.199-XX) em 07/12/2023 às 17:52:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/04/2023 - 11:54:30 e válido até 14/04/2123 - 11:54:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/REVUUKFOXzMyOTFfMDAwOTEzNTZfOTEzNzRfMjAyM185UkM0UDU4Vw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **DETRAN 00091356/2023** e o código **9RC4P58W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Ofício nº 147/DETRAN/GABP/2023 Florianópolis, data da assinatura digital.

Referencia: SGP-e DETRAN 00091356/2023.

Assunto: Exposição de Motivos e Projeto de Lei que dispõe sobre o CETRAN/SC, as JARIs do DETRAN/SC e da SIE/SC.

Ao Excelentíssimo Senhor
JORGINHO DOS SANTOS MELLO
Governador do Estado de Santa Catarina
Nesta Capital

Senhor Governador.

Cumprimentando-o respeitosamente, sirvo-me deste, para trazer ao debate junto desta autoridade e da Secretaria de Estado da Casa Civil, consoante vossa determinação a este Presidente no que diz respeito à implantação nesta autarquia – DETRAN/SC, de gestão administrativa com enfoque na maior eficiência, celeridade e segurança jurídica ao cliente, tomador de serviços desta autarquia, e, por conseguinte, à sociedade catarinense, das razões e supedâneo jurídico para que a proposta de projeto de nova Lei Estadual acerca da estrutura, funcionamento e demais fatores correlatos às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs, deste órgão executivo de trânsito, do órgão executivo rodoviário estadual de trânsito – SIE, e do Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina – CETRAN/SC, prospere e repercuta positivamente para a sociedade que tanto anseia pela melhor prestação dos serviços públicos, sem que haja acréscimos tributários.

Informo ainda que a proposta ora apresentada está alinhada com a legislação e as interpelações de atos exarados no término do Governo e Presidência que nos antecedeu – 2019-2022, mais precisamente no que diz respeito ao Procedimento de Representação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, referenciado pelo n. @REP 21/00223881, autuado mediante processo eletrônico DETRAN n. 70003/2022, cujo objeto é a irregularidade dos valores pagos aos partícipes das JARIs e CETRAN/SC

mediante jetons, aliado às recomendações do Prejulgado do Tribunal de Contas n. 288/95, reformado em 2018.

As soluções ora postas vão ao encontro e visam solucionar de igual forma os questionamentos oriundos do Ministério Público do Estado de Santa Catarina – Notícia de Fato n. 01.2023.00003494-3, e diversos processos eletrônicos DETRAN n. 87017/2022, DETRAN n. 51544/2023, DETRAN n. 5269/2023, DETRAN n. 31500/2023, todos relacionados às nomeações de membros cujos requisitos previstos na legislação, em tese, não teriam sido preenchidos.

São diversas as mudanças que proponho a Vossa Senhoria, todas estudadas e que visam atender também as alterações legislativas promovidas recentemente no âmbito federal.

A situação que mais requer atenção é a estabelecida pelo artigo 289, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, que prevê o prazo máximo para julgamento em 24 (vinte e quatro) meses dos recursos interpostos perante às JARIs, que na prática firmou exíguo prazo para a estrutura e realidade das Juntas em funcionamento, engessadas e assoberbadas de processos, o que resultará em diversos processos fulminados pela decadência e prescrição intertemporal.

A sobredita situação além de representar flagrante descaso com o erário, pois empregou esforços, materiais, e agentes públicos na atuação de fiscalizações de trânsito e viárias, também gera para a sociedade a sensação de impunidade ante a ingerência e negligência estatal em face à morosidade que se apresenta nos julgamentos mantidos pelo atual modal que está desatualizado e assíncrono com a legislação federal e estadual vigentes.

De acordo com dados extratados do sistema informático DETRANET/CIASC, atualmente há 64.961 (sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um) processos em trâmite nas JARIs estaduais vinculadas ao DETRAN/SC, sendo que há 04 (quatro) Juntas Especiais funcionando junto à sede deste órgão e outras 32 (trinta e duas) Juntas Regionais funcionando uma em cada CIRETRAN – Agências Regionais DETRAN, distribuídas pelo Estado

em suas regiões.

Desse montante de processos 17.122 (dezesete mil, cento e vinte e dois) processos estão completamente parados, sujeitos e com prazo escoando à prescrição e decadência que recentemente passou a estar prevista no CTB, porquanto aguardam designação de composição de novos julgadores e secretários. Além da visível impunidade que está por se perfectibilizar, também há que se mensurar o valor já empregado pelo Estado e seus agentes na atuação, bem como o montante que deixará de ser recolhido pela ausência de cobrança das referidas infrações de trânsito.

Considerando os critérios legais e protocolo de recursos perante as Juntas, há um montante de 14.500 (catorze mil e quinhentos) processos que comportam imediata avocação deste Presidente para julgamento nas Juntas Especiais da sede do DETRAN/SC, ou, ainda, para o estabelecimento de Juntas Extraordinárias para o julgamento a tempo e modo. Desse quantitativo há pouco mais de 7.000 (sete mil) processos que serão alcançados e fulminados pela prescrição já no término de dezembro deste ano e meses subsequentes.

Diante disso, e da urgência que o caso requer, apresento nesta minuta as seguintes soluções:

1- Redução pela metade dos valores pagos a título de contraprestação - *jetons*, aos novos membros e secretários que vierem a ser nomeados para as funções, reduzindo dos atuais 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo para 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, acarretando em redução considerável dos valores dispendidos por ano aos cofres do Estado, visando atender os questionamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acerca dos valores pagos às JARIs estaduais e aos Conselheiros do CETRAN/SC.

2 – Mesmo com a significativa redução dos valores pagos aos membros titulares é possível dobrar a quantidade de membros julgadores, transformando a figura do atual membro “suplente” para “titular”, quadruplicando o número de processos julgados no âmbito das JARIs.

3 - O estabelecimento de tempo mínimo de duração de cada sessão,

quantidade mínima de processos para julgamento por membro nas sessões, além de estabelecer a responsabilidade de julgamento dos processos por parte dos Presidentes da JARIs.

4 – A implantação de requisitos claros, objetivos e a par das disposições legais federais, de modo a selecionar membros julgadores e secretários altamente qualificados que estejam, no mínimo, cursando nível superior, e comprovada proficiência, mediante apresentação de cursos na seara do trânsito.

Neste quesito também há a satisfação dos questionamentos realizados pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina acerca das possíveis ilegalidades cometidas em nomeações efetuadas na gestão administrativa do DETRAN/SC e Governo anterior – 2019-2022, sanando possíveis interpretações dúbias do Decreto que atualmente regula a matéria e os atos que a partir dele são embasados.

5 – É característica desta proposta de legislação a publicidade e a transparência nos atos administrativos realizados para a triagem, escolha e nomeação dos integrantes das JARIs e CETRAN/SC, garantindo a ampla participação das entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito, mediante edital de chamamento e habilitação pública de entidades, além de garantir abrangente e democrática participação aos servidores públicos de todas as carreiras dos demais órgãos públicos integrantes dos Sistemas Nacional e Estadual de Trânsito que integram as JARIs.

6 – Estabelece-se a figura do Coordenador Geral Estadual das JARIs, a par do disposto no artigo n. 2.3, da Resolução n. 357, de 02 de agosto de 2010, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, ante a disposição legal e a premente necessidade de gerenciar, fiscalizar, uniformizar procedimentos, aplicar as normas e conduzir todo o processo administrativo atinente ao preenchimento de vagas que surjam nas JARIs, dentre outras competências, exercendo suas atribuições, subordinado e se reportando diretamente ao Presidente do DETRAN/SC e ao Secretário de Estado da SIE.

Há a necessidade de se estabelecer por meio da figura deste

Coordenador a fiscalização das atividades desenvolvidas e garantir a segurança jurídica e uniformização dos julgados pelas 04 (quatro) Juntas Especiais e 32 (trinta e duas) Juntas Regionais atualmente existentes em todo o Estado anexas ao DETRAN/SC, igualmente para as 03 (três) Juntas Especiais anexas à SIE/SC.

7 – Atualização necessária da legislação que atualmente está vigente, são elas: Decreto n. 2.645, de 16 de julho de 2001, Decreto n. 3.224, de 19 de outubro de 2001 e Decreto n. 1.297, de 19 de dezembro de 2003, os dois primeiros assinados pelo então Governador do Estado Esperidião Amin Helou Filho, e este último pelo Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira.

Igualmente faz-se necessária a regulamentação ora proposta via Lei em sentido formal no que diz respeito às 03 (três) JARIs que funcionam anexas ao órgão executivo rodoviário de trânsito, atualmente denominado de SIE – Secretaria da Infraestrutura e Mobilidade, porquanto encontra embasamento precário para suas atividades e pagamentos de *jetons* tão somente no Decreto governamental n. 2.025, de 23 de junho de 2022.

Neste caso data de 1978 a primeira regulamentação mediante Decreto governamental n. 5.423 das JARIs deste órgão, tendo passado por atualizações pelos Decretos n. 17.851 de 3/9/1982, 1.551 de 14/8/2000 e n. 2.645 de 23/9/2009, até sua última edição em 2022.

Outrossim o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/SC, órgão colegiado de segunda e última instância administrativa recursal para julgamento das infrações de trânsito aplicadas pelos órgãos executivos e rodoviários de trânsito no Estado de Santa Catarina, cuja composição atual é de 15 (quinze) membros, e que deverá de ter acrescidos 02 (dois) membros julgadores, passando a 17 (dezesete) membros, de modo a possibilitar a célere análise dos recursos e julgamentos da crescente demanda recursal.

O CETRAN/SC atualmente está regulamentado pelo Decreto n. 1.926, de 13 de maio de 2022, e anteriormente pelos Decretos n. 1.637 de 5/4/2004, 5.112 de 25/6/2002, 869 de 29/12/1999, 12.264 de 1/10/1980 e 565 de 10/8/1971.

Impende mencionar que esta proposta legislativa visa tão somente

regularizar mediante Lei em sentido formal, consoante determinado em procedimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as estruturas e órgãos julgadores existentes como retromencionado, comentando a eles celeridade, efetividade e economicidade, não ensejando novo impacto financeiro além do já dispendido pelo Estado, justamente ao contrário, pois acarreta em economia aos cofres públicos a partir da redução dos valores pagos à título de retribuição financeira – *jetons*, aos membros julgadores e integrantes das JARIs.

Sendo estas as considerações que submeto a vossa senhoria para análise e edição de Lei Estadual.

(assinatura digital)

PAULO CEZAR RAMOS DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública

(assinatura digital)

JERRY COMPER

Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

(assinatura digital)

CLARIKENNEDY NUNES

Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

(assinatura digital)

ATANIR ANTUNES

Presidente do Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina



Assinaturas do documento



Código para verificação: **I4B9Q0X3**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ATANIR ANTUNES** (CPF: 419.XXX.099-XX) em 01/12/2023 às 13:15:55
Emitido por: "SGP-e", emitido em 26/07/2021 - 15:07:31 e válido até 26/07/2121 - 15:07:31.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CLARIKENNEDY NUNES** (CPF: 634.XXX.299-XX) em 01/12/2023 às 13:44:57
Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/07/2023 - 16:23:37 e válido até 07/07/2123 - 16:23:37.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JERRY EDSON COMPER** (CPF: 986.XXX.239-XX) em 04/12/2023 às 12:20:06
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2023 - 13:38:02 e válido até 27/02/2123 - 13:38:02.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **PAULO CEZAR RAMOS DE OLIVEIRA** (CPF: 207.XXX.800-XX) em 06/12/2023 às 18:43:24
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/04/2023 - 17:32:25 e válido até 28/04/2123 - 17:32:25.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/REVUUKFOXzMyOTFfMDAwOTEzNTZfOTEzNzRfMjAyM19JNEI5UTBYMw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **DETRAN 00091356/2023** e o código **I4B9Q0X3** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN-SC) e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARIs) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN-SC) e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARIs) são órgãos que compõem o Sistema Estadual de Trânsito (SET-SC) e integram o Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Parágrafo único. Os órgãos integrantes do SET-SC submetem-se à Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e às resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

**CAPÍTULO II
DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

Art. 2º O CETTRAN-SC é órgão de última instância recursal administrativa componente do SET-SC, de natureza colegiada e de caráter permanente, normativo, consultivo e coordenador.

Parágrafo único. O CETTRAN-SC tem por finalidade exercer as atividades de planejamento, coordenação, normatização e julgamento de recursos administrativos, com a missão de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito de forma articulada e integrada, com vistas à garantia de um trânsito em condições seguras para todos, com a promoção, valorização e preservação da vida.

Art. 3º O CETTRAN-SC é composto por 17 (dezessete) membros julgadores titulares, cuja designação deverá observar os requisitos de que trata esta Lei, a Lei federal nº 9.503, de 1997, resoluções do CONTRAN e o seu Regimento Interno, assim distribuídos:

I – 1 (um) membro Presidente;

II – 1 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) - Superintendência Regional em Santa Catarina;

III – 3 (três) representantes governamentais, sendo:

a) o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN);



ESTADO DE SANTA CATARINA

b) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE); e

c) 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC);

IV – 3 (três) representantes dos órgãos ou das entidades executivos e rodoviários dos Municípios integrados ao SNT, sendo:

a) 1 (um) representante da Capital do Estado;

b) 1 (um) representante indicado pelos Municípios com população igual ou superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, excetuando a Capital do Estado; e

c) 1 (um) representante indicado pelos Municípios com população inferior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

V – 3 (três) representantes de entidades representativas da sociedade legalmente constituídas há mais de 1 (um) ano, sem fins lucrativos, com atuação na área de trânsito e representação estadual, as quais deverão ser selecionadas a partir de edital de chamamento público que permita a ampla participação da sociedade, sendo:

a) 1 (um) representante de sindicato patronal;

b) 1 (um) representante de sindicato dos trabalhadores; e

c) 1 (um) representante das demais entidades representativas da sociedade;

VI – 3 (três) membros com nível de escolaridade superior completo e notório conhecimento na área de trânsito;

VII – 1 (um) membro com curso superior em Medicina completo e notório conhecimento na área de trânsito;

VIII – 1 (um) membro com curso superior em Psicologia completo e notório conhecimento na área de trânsito; e

IX – 1 (um) membro especialista em meio ambiente com notório conhecimento na área de trânsito.

§ 1º O CETRAN-SC contará com 1 (um) Secretário, que será servidor público do DETRAN cedido mediante ato do Governador do Estado.

§ 2º A designação do Presidente e dos demais membros julgadores do CETRAN-SC será realizada mediante ato do Governador do Estado, após comprovação do cumprimento dos requisitos de que trata este artigo.

§ 3º Os membros julgadores do CETRAN-SC contarão com 1 (um) suplente cada.

§ 4º O mandato dos membros julgadores do CETRAN-SC será de 2 (dois) anos, admitida a recondução.



§ 5º Os membros julgadores do CETRAN-SC farão jus a remuneração no valor de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais), de natureza indenizatória, por sessão de julgamento realizada, limitada a participação em 20 (vinte) sessões por mês.

§ 6º O valor da remuneração de que trata o § 5º deste artigo deverá ser reajustado mediante decreto do Governador do Estado, em periodicidade nunca inferior a 12 (doze) meses, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou em outro que vier a substituí-lo.

§ 7º À Presidência do CETRAN-SC compete arquivar de ofício:

I – o processo cujo recurso não tenha sido interposto no prazo legal, nos termos do inciso II do *caput* do art. 290 da Lei federal nº 9.503, de 1997; e

II – o processo atingido pela prescrição ordinária ou intercorrente.

§ 8º Decreto do Governador do Estado aprovará o Regimento Interno do CETRAN-SC.

Art. 4º Fica vedada aos membros julgadores do CETRAN-SC a participação concomitante em JARIs da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no CONTRAN, em CETRANs de outros Estados ou no Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE).

Parágrafo único. Os membros julgadores do CETRAN-SC devem comprovar residência fixa no Estado e não devem possuir parentesco em linha reta ou colateral, até 3º (terceiro) grau, com proprietários ou sócios de empresas credenciadas ou profissionais prepostos do DETRAN.

CAPÍTULO III DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 5º Anexas ao DETRAN e à SIE funcionarão as JARIs, órgãos colegiados de 1ª (primeira) instância recursal administrativa, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos em face das penalidades impostas por órgãos e entidades estaduais executivos de trânsito e executivos rodoviários.

§ 1º Ficam as JARIs classificadas em:

I – Especiais: as que funcionam anexas à Agência Central do DETRAN e à sede da SIE, sendo atribuída a elas competência territorial estadual para julgamento de recursos interpostos em face das penalidades por estes impostas; e

II – Regionais: as que funcionam anexas às Agências Regionais do DETRAN, sendo atribuída a elas competência territorial dos Municípios do Estado às quais são vinculadas para julgamento de recursos interpostos em face das penalidades impostas pela referida entidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 2º Decreto do Governador do Estado aprovará o Regimento Interno das JARIs e regulamentará a divisão territorial que determinará a competência das JARIs Regionais.

Art. 6º Os membros julgadores das JARIs cumprirão mandato de 1 (um) ano, admitida a recondução.

Art. 7º Os Secretários das JARIs deverão ser servidores públicos estaduais que estejam, no mínimo, cursando nível superior, podendo ser livremente designados e dispensados por ato do Governador do Estado, nos termos do art. 9º desta Lei.

Art. 8º Os membros julgadores e os Secretários das JARIs farão jus a remuneração no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), de natureza indenizatória, por sessão de julgamento realizada, limitada a participação em 12 (doze) sessões por mês.

Parágrafo único. O valor da remuneração de que trata o *caput* deste artigo deverá ser reajustado mediante decreto do Governador do Estado, em periodicidade nunca inferior a 12 (doze) meses, com base no IPCA ou em outro que vier a substituí-lo.

Art. 9º A designação dos membros julgadores e dos Secretários das JARIs será realizada mediante ato do Governador do Estado, após indicação do Presidente do DETRAN ou do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, conforme o caso, e comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam esta Lei, a Lei federal nº 9.503, de 1997, resoluções do CONTRAN e o Regimento Interno das JARIs.

Parágrafo único. A Presidência das JARIs será exercida por um de seus membros julgadores, a serem designados para as funções de Presidente mediante ato do Governador do Estado.

Art. 10. Fica vedada aos membros julgadores e Secretários das JARIs a participação concomitante em outras JARIs da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no CONTRAN, no CETRAN-SC, em CETRANs de outros Estados ou no CONTRANDIFE.

Parágrafo único. Os membros julgadores das JARIs devem comprovar residência fixa no Estado e não devem possuir parentesco em linha reta ou colateral, até 3º (terceiro) grau, com proprietários ou sócios de empresas credenciadas ou profissionais prepostos do DETRAN.

Seção II

Das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações Especiais Anexas à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

Art. 11. Ficam instituídas 3 (três) JARIs Especiais anexas à SIE.

Parágrafo único. A SIE prestará todo o apoio técnico, administrativo, de infraestrutura e financeiro necessários ao pleno funcionamento de suas JARIs Especiais, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 12. Cada JARI Especial anexa à SIE será constituída de 12 (doze) membros julgadores titulares e 1 (um) Secretário.



Parágrafo único. Os membros julgadores de cada JARI Especial anexa à SIE serão assim distribuídos:

I – 6 (seis) membros julgadores com notório conhecimento na área de trânsito que estejam, no mínimo, cursando nível superior;

II – 4 (quatro) membros julgadores que estejam, no mínimo, cursando nível superior, dentre servidores públicos em exercício na SIE; e

III – 2 (dois) membros julgadores oriundos de entidades representativas da sociedade legalmente constituídas há mais de 1 (um) ano, sem fins lucrativos, com atuação na área de trânsito e representação estadual, os quais deverão estar, no mínimo, cursando nível superior e ser selecionados a partir de edital de chamamento público que permita a ampla participação da sociedade.

Seção III

Das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações Especiais e Regionais Anexas ao Departamento Estadual de Trânsito

Art. 13. Ficam instituídas 4 (quatro) JARIs Especiais e 32 (trinta e duas) JARIs Regionais anexas ao DETRAN.

§ 1º O DETRAN prestará todo o apoio técnico, administrativo, de infraestrutura e financeiro necessários ao pleno funcionamento de suas JARIs Especiais, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º Os Municípios, por meio de convênio com o DETRAN, prestarão todo o apoio técnico, administrativo, de infraestrutura e financeiro necessários ao pleno funcionamento das JARIs Regionais neles instaladas, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 14. Cada JARI Especial anexa ao DETRAN será constituída de 12 (doze) membros julgadores titulares e 1 (um) Secretário.

Parágrafo único. Os membros julgadores de cada JARI Especial anexa ao DETRAN serão assim distribuídos:

I – 6 (seis) membros julgadores com notório conhecimento na área de trânsito que estejam, no mínimo, cursando nível superior;

II – 4 (quatro) membros julgadores que estejam, no mínimo, cursando nível superior, dentre servidores públicos em exercício no DETRAN; e

III – 2 (dois) membros julgadores oriundos de entidades representativas da sociedade legalmente constituídas há mais de 1 (um) ano, sem fins lucrativos, com atuação na área de trânsito e representação estadual, os quais deverão estar, no mínimo, cursando nível superior e ser selecionados a partir de edital de chamamento público que permita a ampla participação da sociedade.

Art. 15. Cada JARI Regional anexa ao DETRAN será constituída de 6 (seis) membros julgadores titulares e 1 (um) Secretário.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Parágrafo único. Os membros julgadores de cada JARI Regional anexa ao DETRAN serão assim distribuídos:

I – 4 (quatro) membros julgadores com notório conhecimento na área de trânsito que estejam, no mínimo, cursando nível superior;

II – 1 (um) membro julgador que esteja, no mínimo, cursando nível superior, dentre servidores públicos em exercício na Agência Regional do DETRAN à qual a JARI Regional é anexa; e

III – 1 (um) membro julgador oriundo de entidade representativa da sociedade legalmente constituída há mais de 1 (um) ano, sem fins lucrativos, com atuação na área de trânsito e representação na área do Município ao qual a JARI Regional está vinculada, o qual deverá estar, no mínimo, cursando nível superior e ser selecionado a partir de edital de chamamento público que permita a ampla participação da sociedade.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO GERAL DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES ESPECIAIS E REGIONAIS ANEXAS AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E À SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Art. 16. A coordenação geral das JARIs Especiais e Regionais anexas ao DETRAN e à SIE será realizada pelos Coordenadores-Gerais Estaduais, em observância às resoluções do CONTRAN, os quais deverão ser servidores públicos estaduais em exercício, respectivamente, no DETRAN e na SIE, com nível superior completo, podendo ser livremente designados e dispensados por ato do Governador do Estado.

Parágrafo único. Os Coordenadores-Gerais Estaduais das JARIs Especiais e Regionais anexas ao DETRAN e à SIE ficam subordinados diretamente ao Presidente do DETRAN e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, respectivamente.

Art. 17. Compete aos Coordenadores-Gerais Estaduais das JARIs Especiais e Regionais:

I – desempenhar suas atividades ordinárias na sede do DETRAN ou da SIE;

II – fiscalizar o funcionamento das JARIs Especiais e Regionais;

III – prestar suporte ao pleno funcionamento das JARIs Especiais e Regionais;

IV – subsidiar o Presidente do DETRAN ou o Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade com informações relativas aos julgamentos e às necessidades físicas e organizacionais das respectivas JARIs Especiais e Regionais;

V – expedir súmulas, deliberações, pareceres, resoluções e portarias, com vistas a uniformizar o entendimento dos membros julgadores das JARIs Especiais e Regionais e garantir a segurança jurídica nos processos julgados;

VI – gerenciar, fiscalizar e uniformizar procedimentos de sua competência;



VII – conduzir o processo administrativo atinente ao preenchimento de vagas que surgirem nas JARIs Especiais e Regionais; e

VIII – cumprir outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno das JARIs.

Art. 18. Os Coordenadores-Gerais Estaduais das JARIs Especiais e Regionais farão jus a remuneração mensal equivalente a 30 (trinta) sessões de julgamento de que trata o *caput* do art. 8º desta Lei, observado o reajuste previsto no parágrafo único do referido artigo.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO E DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

Art. 19. Compete ao CETRAN-SC e às JARIs:

I – julgar os recursos interpostos em face das penalidades impostas por órgãos e entidades estaduais executivos de trânsito e executivos rodoviários, dentro de sua instância recursal;

II – solicitar aos órgãos de trânsito informações complementares relativas aos recursos; e

III – encaminhar aos órgãos de trânsito informações sobre problemas observados nas autuações apontados em recursos e que se repitam sistematicamente, para averiguação e correção de procedimento, sendo o caso.

Art. 20. O recurso interposto será distribuído a um membro julgador relator e deverá ser julgado em ordem cronológica.

Parágrafo único. O relator proferirá seu voto em sessão de julgamento e o submeterá à apreciação dos demais membros julgadores.

Art. 21. Os membros julgadores do CETRAN-SC e das JARIs se reunirão em sessões de julgamento, ordinariamente, 1 (uma) vez por semana e, extraordinariamente, sempre que houver a necessidade justificada pela quantidade de processos, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º Cada sessão de julgamento deverá ter duração mínima de 1 (uma) hora.

§ 2º Cada membro julgador deve apresentar e julgar, por sessão de julgamento, no mínimo 2 (dois) processos.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, observado o quórum mínimo de 2/3 (dois terços), presente a maioria absoluta de seus membros julgadores.

§ 4º Aos Presidentes será distribuído o mesmo número de processos distribuído aos demais membros julgadores, cabendo àqueles o voto de qualidade em caso de empate.



ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 5º Na ausência do Secretário, o Presidente designará, dentre os membros julgadores presentes, um deles para secretariar a sessão de ofício, sem implicar acréscimo cumulativo de remuneração.

Art. 22. Os Secretários serão incumbidos dos assuntos administrativos e de secretariar as sessões de julgamento do CETRAN-SC e das JARIs.

Parágrafo único. As deliberações do CETRAN-SC e das JARIs serão registradas em ata lavrada por seus Secretários, que providenciarão sua publicidade.

Art. 23. São requisitos comuns para admissão e manutenção nas funções de membros julgadores e Secretários do CETRAN-SC e das JARIs:

I – idoneidade, que deverá ser comprovada mediante a apresentação de certidões negativas criminais emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, exclusivamente para militares, Superior Tribunal Militar (STM); e

II – não estar cumprindo ou não ter cumprido, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade, penalidade de suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação.

Art. 24. O membro julgador do CETRAN-SC ou das JARIs estará impedido de julgar recurso quando, na condição de agente de fiscalização ou autoridade de trânsito, tiver lavrado o respectivo auto de infração de trânsito ou imposto a respectiva penalidade.

Parágrafo único. Os Regimentos Internos do CETRAN-SC e das JARIs poderão prever outras hipóteses de impedimento e suspeição para os membros julgadores e Secretários.

Art. 25. Perderá o mandato e será substituído de forma imediata, durante o período restante do mandato, o membro julgador do CETRAN-SC e das JARIs que:

I – não comparecer injustificadamente a 3 (três) sessões de julgamento consecutivas;

II – não comparecer injustificadamente a 4 (quatro) sessões de julgamento intercaladas; ou

III – deixar de fazer parte do órgão ou da entidade representativa que detém vaga na composição do CETRAN-SC ou das JARIs.

Parágrafo único. A apuração e imposição da perda de mandato ficarão a cargo:

I – do Presidente do DETRAN, relativamente aos membros julgadores do CETRAN-SC; e

II – dos Coordenadores-Gerais Estaduais das JARIs Especiais e Regionais anexas ao DETRAN e à SIE, relativamente aos membros julgadores das referidas JARIs.



Art. 26. A não comprovação, sempre que solicitada a qualquer tempo, dos requisitos exigidos para a designação dos membros julgadores e dos Secretários do CETRAN-SC e das JARIs implica a perda imediata do mandato do membro julgador e a dispensa do Secretário.

Art. 27. Excepcionalmente, as vagas destinadas no CETRAN-SC e nas JARIs a representantes de entidades representativas da sociedade serão preenchidas por servidor público integrante de órgão ou entidade componente do SNT ou do SET-SC, durante o período restante do mandato, nas seguintes hipóteses:

I – impossibilidade de compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade que cumpram os requisitos de que trata esta Lei;

II – comprovado desinteresse de entidades representativas da sociedade na habilitação em edital de chamamento público para indicação de representante; ou

III – ausência injustificada a sessão de julgamento ou atuação com desídia de representante de entidade representativa da sociedade em processos que lhe for distribuído, caso em que este, garantidos o contraditório e a ampla defesa, será dispensado da função.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Os membros julgadores e os Secretários do CETRAN-SC e das JARIs devem comprovar e manter durante o mandato ou a designação residência fixa no Município ou na região em que atuarão.

Parágrafo único. As regiões e a abrangência de cada JARI Regional anexa ao DETRAN ficam estabelecidas conforme disposto no Anexo Único desta Lei, podendo ser redefinidas mediante decreto do Governador do Estado.

Art. 29. Para atender a aumento de processos nos Municípios do Estado, poderão ser remanejadas, mediante decreto do Governador do Estado, JARIs Especiais e Regionais.

Art. 30. O DETRAN, o CETRAN-SC e a SIE poderão firmar convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades que compõem o SNT e o SET-SC para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 31. Os membros julgadores do CETRAN-SC e das JARIs que assumiram mandato anteriormente à entrada em vigor desta Lei o cumprirão até seu término.

Parágrafo único. As regras dispostas nesta Lei aplicam-se de imediato às designações que ocorrerem a partir da data de sua publicação, mantendo-se inalterados a remuneração, o funcionamento e as regras estabelecidos para os membros julgadores das JARIs designados anteriormente, que seguirão até o término de seus mandatos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 32. Ficam convalidados os pagamentos efetuados relativos a retribuição financeira aos membros do CETRAN-SC e aos membros e Secretários das JARIs, além dos provenientes de termos de cooperação e convênio realizados até a entrada em vigor desta Lei.

Art. 33. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas do DETRAN e da SIE oriundas de arrecadação com infrações de trânsito.

Art. 34. Fica o Governador do Estado autorizado a promover as adequações necessárias na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 (LOA 2024) e no Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 (PPA 2024-2027) para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JORGINHO MELLO
Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO**

ÓRGÃO JULGADOR	LOCALIZAÇÃO FÍSICA
CETRAM-SC	Florianópolis
SIE	Florianópolis
Sede	Junta Especial nº 1
Sede	Junta Especial nº 2
Sede	Junta Especial nº 3
DETRAN	DETRAN Sede - Florianópolis
Sede	Junta Especial nº 1
Sede	Junta Especial nº 2
Sede	Junta Especial nº 3
Sede	Junta Especial nº 4
Juntas Regionais - Agências Regionais do DETRAM	
1	1ª Agência Central do DETRAM (Florianópolis)
2	1ª Agência Regional do DETRAM (São José)
3	2ª Agência Regional do DETRAM (Joinville)
4	3ª Agência Regional do DETRAM (Blumenau)
5	4ª Agência Regional do DETRAM (Itajaí)
6	5ª Agência Regional do DETRAM (Tubarão)
7	6ª Agência Regional do DETRAM (Criciúma)
8	7ª Agência Regional do DETRAM (Rio do Sul)
9	8ª Agência Regional do DETRAM (Lages)
10	9ª Agência Regional do DETRAM (Mafra)
11	10ª Agência Regional do DETRAM (Caçador)
12	11ª Agência Regional do DETRAM (Joaçaba)
13	12ª Agência Regional do DETRAM (Chapecó)
14	13ª Agência Regional do DETRAM (São Miguel do Oeste)
15	14ª Agência Regional do DETRAM (Concórdia)
16	15ª Agência Regional do DETRAM (Jaraguá do Sul)
17	16ª Agência Regional do DETRAM (Xanxerê)
18	17ª Agência Regional do DETRAM (Brusque)
19	18ª Agência Regional do DETRAM (Laguna)
20	19ª Agência Regional do DETRAM (Araranguá)
21	20ª Agência Regional do DETRAM (Ituporanga)
22	21ª Agência Regional do DETRAM (São Bento do Sul)
23	22ª Agência Regional do DETRAM (Canoinhas)
24	23ª Agência Regional do DETRAM (Porto União)
25	24ª Agência Regional do DETRAM (Curitibanos)
26	25ª Agência Regional do DETRAM (Videira)



ESTADO DE SANTA CATARINA

27	26ª Agência Regional do DETRAN (Campos Novos)
28	27ª Agência Regional do DETRAN (São Joaquim)
29	28ª Agência Regional do DETRAN (São Lourenço do Oeste)
30	29ª Agência Regional do DETRAN (Balneário Camboriú)
31	30ª Agência Regional do DETRAN (Palhoça)
32	31ª Agência Regional do DETRAN (Capinzal)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **Q117PNG6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGINHO DOS SANTOS MELLO (CPF: 250.XXX.199-XX) em 07/12/2023 às 17:52:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/04/2023 - 11:54:30 e válido até 14/04/2123 - 11:54:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/REUUkFOXzMyOTFfMDAwOTEzNTZfOTEzNzRfMjAyM19RMTE3UE5HNg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **DETRAN 00091356/2023** e o código **Q117PNG6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.